



Vanguardacap Capitalização S.A.
Demonstrações Financeiras Intermediárias
30 de junho de 2026



Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho de 2026

Índice

Relatório da administração.....	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	05
Balanços patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	16
Conselho de administração	34

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas, a qual a Companhia faz parte.

2. Desempenho

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A administração manterá a Companhia para outras oportunidades de negócios.

O resultado com capitalização, no primeiro semestre de 2026, apresentou um lucro de R\$ 669 (R\$ 6.302 no mesmo período do ano anterior). A receita do primeiro semestre do período anterior foi afetada por uma concentração específica de prescrições naquele período.

As despesas administrativas foram de R\$ 147 (R\$ 67 no mesmo período do ano anterior). As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 1.437 (R\$ 1.333 no mesmo período do ano anterior).

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 21.932 em 30 de junho de 2026 (R\$ 21.263 em 31 de dezembro de 2025) e apresenta 187% de suficiência de capital (181% em 31 de dezembro de 2025).

3. ASG – Ambiental, Social e Governança

No primeiro semestre de 2026, o Grupo Icatu avançou na consolidação da agenda ASG, fortalecendo a governança, a transparência e a integração da sustentabilidade aos negócios. Entre os principais marcos do período destacam-se a publicação do seu segundo Relatório de Sustentabilidade; o aprimoramento da gestão

de riscos ASG; a realização da segunda edição do Programa de Mentoria Feminina; a disponibilização do primeiro produto enquadrado como sustentável, em conformidade com a Resolução CNSP nº 473/2024; a evolução da gestão de resíduos na matriz, com foco na redução da geração e na destinação correta; e a ampliação do Programa de Voluntariado.

A saúde e o bem-estar dos colaboradores, a valorização das pessoas e a equidade de gênero seguiram como prioridades da Companhia. Os princípios de equidade estão incorporados ao Código de Ética e Conduta, que estabelece o repúdio a qualquer forma de assédio e discriminação e orienta as principais práticas de gestão de pessoas, incluindo recrutamento, desenvolvimento, remuneração e reconhecimento por mérito.

O Grupo Icatu manteve, ao longo do primeiro semestre de 2026, o foco na promoção da equidade de gênero. As mulheres representavam 49,08% do quadro total de colaboradores do Grupo Icatu (49,32% em 31 de dezembro de 2025). Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,69% (27,87% em 31 de dezembro de 2025); na média gestão, 48,33% (48,32% em 31 de dezembro de 2025); e, no nível operacional, 49,87% (50,07% em 31 de dezembro de 2025).

No mesmo período, as mulheres representaram 48,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 31 de dezembro 2025 (50,28%). Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 20,00% das novas contratações (100% em 31 de dezembro de 2025); na média gestão, 64,29% (42,86% em 31 de dezembro de 2025); e, no nível operacional, 47,62% (50,28% em 31 de dezembro de 2025).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	30/06/2026			30/06/2025		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.012	2.648	16.661	13.294	2.457	15.751
Masculino	18.071	4.451	22.522	16.088	3.846	19.934
Total	32.083	7.099	39.182	29.382	6.303	35.685

Nota: A comparação entre os semestres apontou variação de -2,26 p.p. na participação feminina na administração e diferenças de R\$ 909 nos componentes remuneratórios.

Durante o primeiro semestre de 2026, a Companhia retornou à sociedade R\$ 83 referentes à serviços de parceiros terceirizados (R\$ 52 em 2025), R\$ 157 em tributos indiretos (R\$ 600 em 2025) e R\$ 451 (R\$ 4.179 em 2025) em tributos diretos.

4. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.380 (R\$ 3.227 em 2025).

5. Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2026.

A Administração.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Vanguardacap Capitalização S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

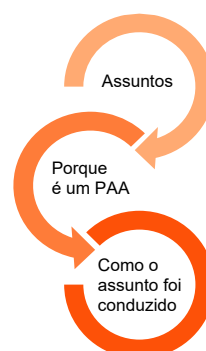
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração das aplicações financeiras (Notas 3.3, 5)	
A Seguradora possui aplicações financeiras composta por títulos públicos e fundos de investimentos não exclusivos que compõem o principal ativo da Seguradora.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo de valorização e custódia das aplicações financeiras.
A mensuração dos títulos públicos é apurada com base nos preços de negociação no mercado ativo e a existência desses investimentos é assegurada por meio de conciliações com as informações do órgão custodiante; e a mensuração do valor das cotas de fundo de investimento é apurado com base em informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido e a existência dos investimentos é assegurada por meio de conciliações com informações do extrato do fundo disponibilizado pelo administrador do fundo investido.	Efetuamos testes quanto a existência das aplicações por meio do confronto das informações disponíveis na composição da carteira de aplicações com as informações dos órgãos custodiantes para os títulos públicos e para aplicações em cotas de fundos de investimentos com as informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido.
Considerando a relevância dos valores, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.	Para os títulos públicos com cotação de mercado, realizamos testes de preços utilizados para valorização dessas aplicações com os preços de mercado. Para as aplicações em cotas de fundos de investimentos confrontamos os valores utilizados para a mensuração das cotas de fundo de investimento com as informações disponibilizadas pelo administrador do fundo investido. Adicionalmente, obtivemos as demonstrações financeiras intermediárias auditadas mais recentes do fundo investido. Com base nessas informações, analisamos se há alguma modificação no relatório do auditor ou alguma informação relevante que pudesse gerar impacto nas demonstrações financeiras intermediárias da Seguradora. Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas aplicações financeiras são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Vanguardacap Capitalização S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na

avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

Vanguardacap Capitalização S.A.

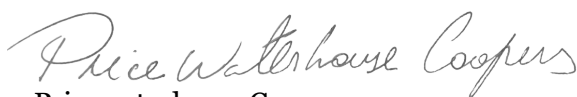
significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO		
CIRCULANTE	22.761	22.085
Disponível	37	45
Caixa e bancos	37	45
Aplicações	Nota 5	22.034
Títulos e créditos a receber	13	6
Títulos e créditos a receber	13	6
ATIVO NÃO CIRCULANTE	337	339
Realizável a longo prazo	161	154
Títulos e créditos a receber	161	154
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 9.1	154
Intangível	176	185
Outros intangíveis	176	185
TOTAL DO ATIVO	23.098	22.424

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)

		30/06/2026	31/12/2025
PASSIVO			
CIRCULANTE		2.587	2.589
Contas a pagar		1.808	1.818
Obrigações a pagar	Nota 6	1.714	1.724
Impostos e contribuições		94	94
Provisões técnicas - capitalização	Nota 7	779	771
Provisão para resgates		779	771
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		160	153
Outros débitos		160	153
Provisões judiciais	Nota 9.2	160	153
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 10	20.351	19.682
Capital social		12.000	12.000
Reservas de lucros		7.682	7.682
Lucro líquido do semestre		669	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.098	22.424

Demonstrações dos resultados

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2026	30/06/2025
Custo de aquisição	Nota 12.1	(11)	(12)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 12.2	-	9.829
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		(11)	9.817
Despesas administrativas	Nota 12.3	(147)	(67)
Pessoal próprio		(1)	(2)
Serviços de terceiros		(83)	(52)
Localização e funcionamento		(9)	-
Publicações		(53)	(11)
Despesas administrativas diversas		(1)	(2)
Despesas com tributos	Nota 12.4	(157)	(600)
Resultado financeiro	Nota 12.5	1.436	1.333
Receitas financeiras		1.521	1.448
Despesas financeiras		(85)	(115)
RESULTADO OPERACIONAL		1.121	10.483
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.121	10.483
Imposto de renda	Nota 13	(268)	(2.607)
Contribuição social	Nota 13	(183)	(1.572)
Participações sobre o lucro		(1)	(2)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		669	6.302
Quantidade de ações		12.000.000	12.000.000
Lucro líquido do semestre por ação – R\$		0,06	0,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	669	6.302
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	669	6.302

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

(Em milhares de reais)

	Capital social	RESERVA DE LUCROS		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária		
Saldos em 1º de janeiro de 2025	12.000	439	1.854	-	14.293
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.302	6.302
Saldos em 30 de junho de 2025	12.000	439	1.854	6.302	20.595
Saldos em 1º de janeiro de 2026	12.000	792	6.890	-	19.682
Lucro líquido do semestre	-	-	-	669	669
Saldos em 30 de junho de 2026	12.000	792	6.890	669	20.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e de 2025.

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do semestre	669	6.302
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9	-
Variação dos passivos financeiros - capitalização	8	53
Prescrição dos títulos de capitalização (*)	-	(9.826)
Variação das provisões judiciais	7	143
Variação de impostos sobre o lucro	449	4.184
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(677)	3.700
Depósitos judiciais e fiscais	(7)	(6)
Outros ativos	(7)	(8)
Outras contas a pagar	(10)	(245)
Provisões técnicas - capitalização	-	(29)
Caixa gerado nas operações	441	4.268
Tributos sobre o lucro pagos	(449)	(4.170)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	(8)	98
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(8)	98
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	45	185
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	37	283

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Vanguardacap Capitalização S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate*, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo a Icatu Seguros S.A. o controlador final.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio. A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de agosto de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e bancos (nota 3.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (nota 3.4.1.2. e 5.1.1.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (nota 3.8. e 7).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- I. O pagamento ou a informação sobre o pagamento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- II. O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Com a cessação da comercialização dos produtos pela Companhia, não foram registradas novas receitas com títulos até 30 de junho de 2026. Destaca-se que os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, gerando uma receita operacional com prescrição de títulos.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;
- Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e bancos

São representados por depósitos bancários sem vencimento.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

3.4.1.1 Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (impairment) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2 Valor Justo por meio do Resultados (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Redução ao valor recuperável

3.5.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.5.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.6. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são corrigidos de acordo com a legislação vigente.

3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ativos e passivos, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações financeiras intermediárias. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.8. Provisões técnicas

3.8.1. Provisão para Resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.8.2. Provisão de Sorteios a Pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.8.3. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.9. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada período. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.10. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (nota 3.4.1.2); (ii) provisões judiciais (nota 9.2); (iii) provisões técnicas de capitalização (nota 7); (iv) créditos tributários e previdenciários.

Essas premissas foram revisadas, no mínimo, anualmente. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações fiscais, o valor das provisões até agosto/2024 foi atualizado considerando a taxa SELIC. A partir de setembro/2024 a correção monetária passou a ser feita pelo IPCA, quando não houver outro índice previsto no contrato ou em lei própria, acrescido de juros calculados pela Taxa Legal, que corresponde à aplicação da SELIC deduzida do IPCA ou de outro índice previsto no contrato ou em lei própria, conforme previsto na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações fiscais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Novas normas ainda não adotadas

Os normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

3.12.1. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 51 é aplicável a partir de 01º de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas do exercício de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

3.12.2. Reforma Tributária sobre o Consumo (RTC)

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, teve início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela receita federal, pelos estados, pelos municípios e pelo comitê gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei e está totalmente adaptada ao novo padrão alfanumérico do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

3.12.3. IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - R1 – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na *IFRS 9 – Financial Instruments* (CPC 48) e na *IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures* (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 01º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.12.4. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 01º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12.5. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

3.12.6. Lei Complementar nº 224/2025 - Contribuição Social sobre o lucro líquido

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 01º de abril de 2026.

3.12.7. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2026.

3.12.8. Lei Complementar nº 224/2025

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, de 1º de abril de 2026 até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028.

4. Gestão de risco

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras) e de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizada a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Os testes de estresse são simulações utilizadas para estimar as perdas resultantes da materialização de eventos extremos, porém plausíveis, e avaliar a resiliência da solvência das empresas. Dessa forma, é possível determinar o impacto sobre a solvência tendo em vista situações de perdas não esperadas causadas por grandes oscilações de mercado.

Foi realizado os testes de sensibilidade para mensurar o impacto de um choque paralelo de 100 bps nas taxas de juros, segregado por fator de risco, sob as óticas do Patrimônio Líquido e Resultado, porém o efeito é na prática nulo devido a característica pós-fixada da carteira de aplicações.

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório dos fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2026			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	37			37
Aplicações	99	-	22.612	22.711
Títulos e créditos a receber	174	-	-	174
Total de ativos	310	-	22.612	22.922
Contas a pagar	1.808	-	-	1.808
Provisões técnicas - capitalização	292	260	227	779
Total de passivos	2.100	260	227	2.587

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	45	-	-	45
Aplicações	616	-	21.418	22.034
Títulos e créditos a receber	160	-	-	160
Total de ativos	821	-	21.418	22.239
Contas a pagar	1.818	-	-	1.818
Provisões técnicas - capitalização	251	226	294	771
Total de passivos	2.069	226	294	2.589

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

4.2.1. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos: legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócio submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

5. Aplicações financeiras

5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa.

Segue demonstração da abertura da carteira:

5.1.1. Valor justo por meio do resultado (VJR):

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 100,00% da carteira em 30 de junho de 2026 (100,00% em 31 de dezembro de 2025):

	Taxas contratadas	30/06/2026	31/12/2025
		Valor contábil/ Valor justo	Valor contábil/ Valor justo
Fundos não exclusivos	-	99	616
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	22.612	21.418
Total		22.711	22.034
Circulante		22.711	22.034
Não circulante		-	-

	30/06/2026	31/12/2025
Sem vencimento	99	616
Vencimento em até um ano	-	-
Vencimento em até cinco anos	-	21.418
Vencimento acima de cinco anos	22.612	-
Total	22.711	22.034

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras:

	Ao VJR
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	24.981
(+) Aplicações	46.772
(-) Resgates	(52.741)
(+) Rendimentos	3.022
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	22.034
(+) Aplicações	-
(-) Resgates	(838)
(+) Rendimentos	1.515
Saldo final em 30 de junho de 2026	22.711

5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo de amortização, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	30/06/2026		
	Nível 1	Nível 2	Total
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):	22.612	99	22.711
Fundos não exclusivos	-	99	99
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.612	-	22.612
Total	22.612	99	22.711

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR):	21.418	616	22.034
Fundos não exclusivos	-	616	616
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.418	-	21.418
Total	21.418	616	22.034

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar comportam, basicamente, dividendos a pagar ao acionista. A seguir, a composição:

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	22	22
Dividendos a pagar	1.679	1.679
Outras obrigações a pagar	13	23
Total	1.714	1.724

7. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2026	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldos em 30/06/2026
Provisão para resgate de títulos vencidos	771	-	8	779
Provisão para resgates	771	-	8	779
Total	771	-	8	779

	Saldos em 01/01/2025	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão para resgate de títulos vencidos	838	(87)	20	771
Provisão para resgates	838	(87)	20	771
Provisão de sorteios a pagar *	9.786	(9.826)	40	-
Provisão para sorteios	9.786	(9.826)	40	-
Total	10.624	(9.913)	60	771

*Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro. Cabe esclarecer que todos os valores que compunham a Provisão para Sorteio referiam-se a títulos que foram emitidos e sorteados antes da aquisição da Cardif Capitalização S.A. (antiga razão social da Vanguardacap Capitalização S.A.) pela Icatu Capitalização S.A., ocorrida em agosto de 2018. Entretanto, a Companhia, por diligência e proteção ao cliente, realizou em 2020 uma nova comunicação com o intuito de estabelecer o início do marco prescricional da obrigação de pagamento dos títulos sorteados, possibilitando que os titulares contemplados pudessem exercer seu direito com transparência sem qualquer obstáculo.

7.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros, e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) **Riscos de subscrição:** Por se tratar de uma carteira em *run off* e sem títulos ativos, o risco de subscrição não é um parâmetro relevante para o resultado.
- II) **Taxa de juros:** Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2026	31/12/2025
Provisões técnicas - capitalização:	779	771
Total a ser coberto	779	771
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Fundos não exclusivos	99	616
Letras Financeiras do Tesouro	22.612	21.418
Total dos ativos vinculados	22.711	22.034
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	21.932	21.263

9. Obrigações fiscais, depósitos judiciais e provisões judiciais

9.1. Depósito judiciais e fiscais

A rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” classificadas no ativo não circulante, se refere a mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição. Em 30 de junho de 2026, o saldo dos depósitos judiciais e fiscais eram de R\$ 161 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2025)

9.2. Provisões judiciais – obrigações fiscais

No grupo “Provisões Judiciais” são registradas as obrigações fiscais referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2026
COFINS	120	12	132	6	138
PIS	20	1	21	1	22
Total - Obrigações fiscais*	140	13	153	7	160

*Em 30 de junho e 31 de dezembro de 2025 os valores são referentes a três (3) processos com probabilidade de perda como possível.

A seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	24	22	137	138	161	160
Saldo total 30/06/2026	24	22	137	138	161	160

(a) Trata-se de mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a não incidência nas rubricas do ativo livre e prescrição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da Base (a)	23	21	131	132	154	153
Saldo total 31/12/2025	23	21	131	132	154	153

(a) Trata-se de mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a não incidência nas rubricas do ativo livre e prescrição.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 representado por 12.000.000 ações ordinárias.

10.2. Reservas de lucros

As reservas de lucros representam o valor de R\$ 7.682 que são compostas por:

- (i) A reserva legal era de R\$ 792, constituída ao final do exercício com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja o limite legal.
- (ii) A reserva estatutária era de R\$ 6.890, constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

10.3. PLA - Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR), respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR, conforme demonstrado a seguir:

- (i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- (ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (iii) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio Líquido (a)	20.351	19.682
Ajustes contábeis	(176)	(185)
Ativos intangíveis (-)	(176)	(185)
Subtotal PLA - nível	20.176	19.497
PLA Nível I	20.176	19.497
PLA (Total) = PL + Ajuste cont.+ Ajuste Econ. + Ajuste Do Exc. De Nível 2 e 3 (c = a+b)	20.176	19.497
Capital base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	5	13
Capital de risco - mercado	57	57
Capital de risco - redução por correlação	(4)	(9)

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	31/12/2025
Capital de risco - operacional	3	3
Capital de risco (CR) (b)	61	64
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	10.800	10.800
Patrimônio líquido ajustado – PLA	20.176	19.497
(-) Exigência de capital - CMR	(10.800)	(10.800)
Suficiência de capital - R\$	9.376	8.697
Suficiência de capital (% da EC)	187%	181%

11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (c)	5	1	(1.679)	(1.679)	14	3	-	(16)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	(4)	(9)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (a)	7	5	-	-	20	51	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (a) (b)	-	-	(4)	(4)	-	-	(22)	(50)
Itumbiara Participações Ltda. (Controlada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	12	6	(1.683)	(1.683)	34	54	(26)	(75)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- (a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.
- (b) Valores referentes à taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.
- (c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.

12. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

12.1. Custo de Aquisição - Capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas de remuneração performance mensal	(11)	(12)
Total	(11)	(12)

12.2. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	30/06/2026	30/06/2025
Receita com prescrição de títulos	-	9.826
Outras receitas e despesas operacionais	-	3
Total	-	9.829

(*) Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro, gerando uma receita operacional com prescrição de títulos, conforme Nota Explicativa nº 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal próprio	(1)	(2)
Serviços de terceiros	(83)	(52)
Localização e funcionamento	(9)	-
Publicações	(53)	(11)
Despesas administrativas diversas	(1)	(2)
Total	(147)	(67)

12.4. Despesas com tributos

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(58)	(439)
PIS	(9)	(71)
Taxa de fiscalização	(90)	(90)
Total	(157)	(600)

12.5. Resultado financeiro

	30/06/2026	30/06/2025
Categoria - VJR		
Títulos de renda fixa	1.515	1.447
Outras receitas financeiras	6	1
Total – receitas financeiras	1.521	1.448
Categoria - VJR		
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(8)	(53)
Outras despesas financeiras	(77)	(62)
Total – despesas financeiras	(85)	(115)
Total	1.436	1.333

13. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2026		30/06/2025	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	1.121	1.121	10.483	10.483
Participações nos lucros e resultados	(1)	(1)	(2)	(2)
Base de cálculo	1.120	1.120	10.481	10.481
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(279)	(168)	(2.619)	(1.572)
Alíquotas oficiais	15%+10%	17,5%	15%+10%	15%
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	-	-	(4)	(4)
Diferenças temporárias	-	-	(4)	(4)
Resultado ajustado	1.120	1.120	10.477	10.477
Despesas com IRPJ/CSLL correntes	(268)	(183)	(2.607)	(1.572)
Despesas com IRPJ/CSLL	(268)	(183)	(2.607)	(1.572)
Alíquota efetiva	24%	16%	25%	15%

14. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30 de junho de 2026 da Icatu Seguros S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vanguardacap Capitalização S.A.
CNPJ: 11.467.788/0001-67

Diretor-Presidente

Luciano Soares

Diretores

César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394